

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.494 - MS
(2018/0288882-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : SILVANA CHICARELLI STRABELLI
EMBARGANTE : ALTAMIRO STRABELLI
ADVOGADOS : GIOVANI M DE MELLO - SP185770
JOSÉ CARLOS LEAL DOS SANTOS JÚNIOR - SP394185
EMBARGADO : LUIS ALBERTO DE CARVALHO CHICARELLI
ADVOGADOS : WELLINGTON MORAIS SALAZAR - MS009414
KARLA JUVÊNCIO MORAIS SALAZAR E OUTRO(S) - MS012192
INTERES. : NAZARENO CHICARELLI
ADVOGADO : WELLINGTON MORAIS SALAZAR E OUTRO(S) - SP241310
INTERES. : HONORATO RODRIGUES DA CUNHA FILHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SILVANA CHICARELLI STRABELLI em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

"[...] há evidente contradição da r. decisão, haja vista que o embargante impugnou especificamente todos fundamentos da decisão recorrida, o que ficou latente no transcorrer do recurso.

[...]

Outrossim, a afronta à súmula 375 do STJ é apenas uma das afrontas apontadas, servindo de mero “pano de fundo” ao recurso, uma vez que a afronta mais significativa se deu aos arts. 502, 503 e 508 do Código de Processo Civil.” (fls. 779/780).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de

declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, de que não se conhecerá do agravo em recurso especial que "*não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida*".

A propósito, da análise do recurso de agravo em recurso especial observa-se que a parte agravante deixou de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Veja-se que a refutação apta a infirmar a decisão agravada deve ser efetiva, individualizada, específica e fundamentada. Ilustrativamente: AgRg no AREsp 226.300/PR, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 13/12/2012.

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente